

ANAIS DO
VI SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo Prof. *Eurípedes Simões de Paula*.

TRABALHO LIVRE E TRABALHO ESCRAVO.

VOLUME III

XLV

Coleção da *Revista de História* sob a direção
do Prof. *Eurípedes Simões de Paula*.



SÃO PAULO — BRASIL
1973.

FONTES PRIMÁRIAS DE CAMPOS. (Câmara Municipal) (*).

MARIA NILZA GONÇALVES PATRÃO DIAS

da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Campos (RJ).

INTRODUÇÃO.

A inexistência, na Cidade, de um Arquivo Histórico e o fato de estarem esgotadas todas as fontes histórico-bibliográficas, não permitiram que a Faculdade de Filosofia de Campos incluísse no currículo do seu Curso de História, implantado em 1965, a disciplina — *História Regional*. Aceitando sugestão do Professor Eurípedes Simões de Paula, Diretor da Faculdade de Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, quando de sua visita a Campos, em março de 1971, realizamos esta pesquisa que pretende dar início ao levantamento das fontes primárias de nossa Cidade. Assim, a presente Comunicação se constitui no inventário dos livros manuscritos encontrados na Câmara Municipal, abrangendo o período entre 1659 a 1900.

Este arrolamento foi possível, em grande parte, graças à ajuda eficiente da Professora Nélia Peçanha Carvalhido, à colaboração dos alunos do Curso de História, Ana Maria Vieira e Aristides Arthur Soffiati Netto, e ao incentivo da Professora Maria Thereza da Silva Venâncio, na época Diretora da Faculdade de Filosofia. Nosso agradecimento se faz, também, extensivo à Prefeitura, ao IBGE, ao MEC pela presteza no fornecimento dos dados necessários, à Professora Izabel Maria de Freitas Sodré pela revisão do texto e, finalmente, à Câmara Municipal por ter publicado esta Comunicação de pesquisa.

(*) . — Comunicação apresentada na 6ª sessão de estudos, Equipe C, no dia 9 de setembro de 1971 (*Nota da Redação*).

*

* *

METODOLOGIA.

Esta Comunicação contém duas partes: 1. — apresentação da história e da geologia do Município de Campos dos Goitacazes; 2. — relação e estudo dos livros manuscritos da Câmara Municipal de Campos dos séculos XVII a XIX.

No que se refere à história, focalizamos primeiro o presente, e, para explicá-lo, apresentamos depois o passado.

Quanto ao levantamento dos livros, fizemos a sua classificação por séculos. Alguns, entre tanto, têm o seu término ultrapassado em que foram classificados. Como cada livro traz na lombada duas indicações, uma de nome e datas do livro — impresso ou a tinta — e outra do número, este colocado numa etiqueta e sempre a tinta, servimo-nos delas para enumerá-los. Assim, usamos o nome da lombada em ordem alfabética e cronológica, ou a etiqueta numerada, quando da ausência do nome.

Dos códices arrolados foram feitas apreciações sobre o local onde se encontram, verificações sobre o estado de conservação, a legibilidade, o número de páginas, as rubricas, os termos de abertura e encerramento, o tipo de documento e o conteúdo.

*

* *

1. — CAMPOS — APRESENTAÇÃO.

Para a apresentação mais fácil da História de Campos, faremos, de modo sucinto, um resumo de seu presente e de seu passado.

1.1. — PRESENTE.

Há no momento um grande empêno das autoridades em promover o progresso do Norte-Fluminense. Foi escolhido como ponto de partida o Município de Campos, graças a uma multiplicidade de fatores favoráveis.

*

1.1.1. — Localização, Área e Vias de Acesso.

Localizado ao norte do Estado do Rio de Janeiro, a 303 km de Niterói, a 770 km de São Paulo e a 1.494 km de Goiânia, com uma área de 4.468 km², o município de Campos acha-se ligado aos gran-

des centros do País por ferrovias (Estrada de Ferro Leopoldina), por rodovias (BR-101, BR-40, RJ-29), por táxias aéreas (Líder), estando em instalação um sistema de telefonia (o sistema DDD — discagem direta à distância).

*

1.1.2. — *Topografia e Formação Geológica.*

O município de Campos tem o seu território cortado pelo rio Paraíba do Sul e afluentes. Sua topografia é formada por baixada (altitude de 5 a 10 m), por tabuleiros bem ondulados (30 a 70 m), correspondendo a 31% da área do município, e por uma região serrana (pico mais alto, São Mateus — 1.605 m de altitude), correspondente à metade da área da região.

Num esboço muito ligeiro da formação geológica do município podemos dizer que a nossa região serrana, no período azóico, era cortada pelo rio Paraíba e banhada pelo mar.

No período terciário, fronteiro à região serrana formaram-se tabuleiros.

A costa quase reta de nordeste para sudoeste, vinha de Manginhos ao local da cidade de Campos. Daí às vizinhanças de Itaoca, abria-se uma enseada de vários quilômetros de profundidade, onde alguns rios desembocavam, destacando-se entre todos o Muriaé. Do Itaoca, o litoral seguia para o sul, até o pontal de Quissamã, de onde infletia novamente para sudoeste, rumo Macaé.

Desta linha para leste, o Atlântico ilhava restos de elevações de tabuleiros destruídos, espalhados até dezenas de quilômetros (1).

Assim, já no período terciário, a nossa região serrana deixou de ser marítima.

“tudo o que é hoje planície era ocupado pelo mar” (2)

onde o Paraíba desaguava.

No período quaternário foi-se formando a planície, através da sobreposição multimilenar de ricos e abundantíssimos detritos trazidos pelo rio que, elevando o solo, condenava a enseada de Campos a de-

(1). — LAMEGO (Alberto Ribeiro), *O Homem e o Brejo*. Rio de Janeiro, I.B.G.E., 1945. Págs. 15-16.

(2). — *Ibidem*, pág. 21.

saparecer. O Paraíba passou a desembocar na nova costa, em forma deltaica, na região onde hoje é Santo Amaro de Campos. Toda a aba continental, aos poucos, vai mergulhando no mar. Paralelamente, à formação da planície, graças à presença de tabuleiros dentro do mar — baixios de São Tomé — e da própria foz do Paraíba penetrando no oceano, as correntes marinhas perdem velocidade, depositam areia e estruturam uma restinga. A incessante chegada de aluviões faz solidificar uma ampla planície, entrecortada de lagoas e de brejos. O Paraíba, que contornava a ponta do tabuleiro, muda de rumo, passa a cortá-lo e a desaguar em Atafona.

Quem visitar Campos verá que as ruas que partem do “Alto do Liceu” e da Praça São Salvador estão em declive. As cabeceiras da Ponte General Dutra e terras circunvizinhas são altas. Esta foi a parte do tabuleiro separada pelo Paraíba e lugar onde se localizaria Campos, terreno alto, livre de inundações e próximo a férteis terras da planície.

*

1.1.3. — *Clima e Temperatura.*

O clima do município é quente e úmido. As chuvas são de verão e a região é varrida, principalmente de dezembro a março, não só pelos ventos do Nordeste, que dão à Cidade uma agradável temperatura, mas também pelos temidos SO — frios e úmidos. A temperatura média 22,7°C.

*

1.1.4. — *O Homem, a Terra e o Rio.*

Na baixada, tão cheia de lagoas e brejos, foi importante a ação do homem que dominou o meio, adaptando-se a ele. Hoje, essa baixada é uma das áreas mais drenadas do mundo (mais de 800km de canais). 40 km de diques já foram construídos para contro'ar o rio.

*

1.1.4.1. — *Economia.*

A planície aluvional é muito povoada, e bem dividida.

Planície fértil, é fonte de principais e seculares riquezas do município: a gro-indústria do açúcar, a pecuária de corte e de leite. O leite é beneficiado por uma Cooperativa. A região serve também para a cultura de milho, feijão, arroz, hortaliças, frutas (mamão, limão, laranjas).

A zona dos tabuleiros, com solos menos férteis que os da planície, foi explorada no século XVIII, como zona extrativa de madeira. Mais tarde, aproveitaram-na para a cultura canavieira, para as lavouras de mandioca e abacaxi, e para a pecuária.

A região serrana é utilizada pelas mini-lavouras de mandioca, abacaxi, cereais e também para a pecuária. Seus recursos minerais: granito, mármore, calcita, águas minerais.

Ao lado das atividades agro-industriais e extrativas, o município possui mais de 2.000 casas comerciais, 2.150 estabelecimentos que são oficinas mecânicas ou de consertos, 522 pequenas e médias indústrias, 16 Bancos. Em fase de implantação encontra-se o 1.º Distrito Industrial do Estado do Rio, sediado em Guarus, 1.º Distrito do Município, a 5 km da Cidade.

*

1.1.4.2. — *Saúde e população.*

9 estabelecimentos hospitalares, 10 ambula'tórios, 3 postos de saúde, 1.407 leitos, 125 médicos, 39 dentistas, 34 farmacêuticos, 80 enfermeiras, 163 auxiliares de saúde cuidam dos 321.370 habitantes do município de Campos, dos quais 197.946 residem na Cidade. Desse modo, 44% da população do Norte-Fluminense e 7% da população do Estado do Rio são constituídos pelos habitantes do município. A densidade média é baixa (71,41 habitantes por km²) e se tem observado nos últimos anos o despovoamento de Campos e do Norte-Fluminense. São responsáveis, em parte, por este esvaziamento populacional a irradiação do café do Norte-Fluminense que marginalizou a região, uma vez que a topografia acidentada dificultou a adoção de uma lavoura mecanizada, e o fato de, no período de entressafra da atividade canavieira, o meio urbano não ter condições de absorver a mão-de-obra rural que fica desocupada.

*

1.1.4.3. — *Educação.*

A educação, através de 410 escolas, é proporcionada a 64.000 alunos dos diversos níveis. Incluem-se neste total os 40 estabelecimentos secundários de formação técnica e humanística, com 21.207 alunos, e as Escolas Superiores: Faculdade de Medicina, mantida pela Fundação Benedito Pereira Nunes, e as de Filosofia e Direito, mantidas pela Fundação Cultural de Campos, e a Escola de Serviço Social, setor Norte-Fluminense, que faz parte da Universidade Federal Fluminense, com um total de 1.320 universitários. Ao lado das es-

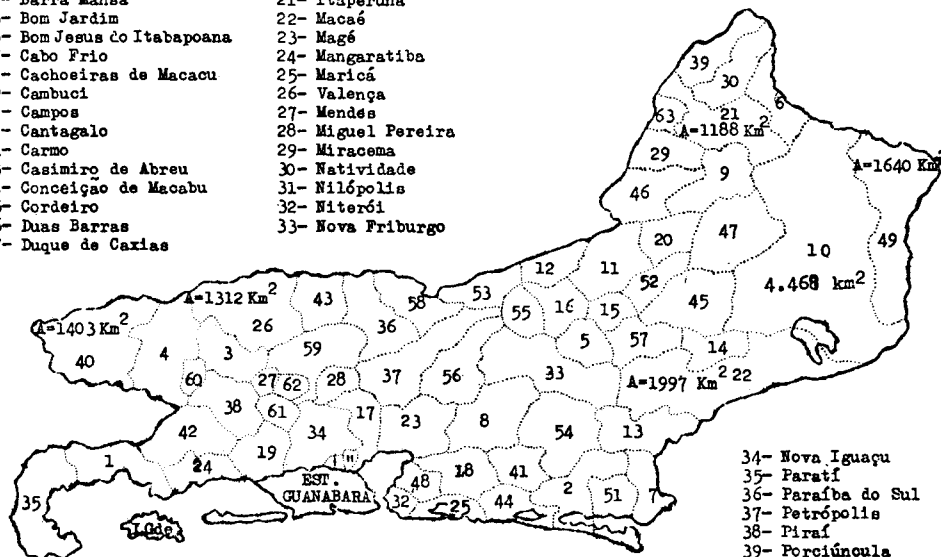
ESTADO DO RIO DE JANEIRO --- ESTADO DA GUANABARA --- MUNICIPIO DE CAMPOS

A = 42.134 Km²

A = 1.171 Km²

A = 4.469 Km²

- | | |
|----------------------------|--------------------|
| 1- Angra dos Reis | 18- Itaboraí |
| 2- Araruama | 19- Itaguaí |
| 3- Barra do Piraí | 20- Itaocara |
| 4- Barra Mansa | 21- Itaperuna |
| 5- Bom Jardim | 22- Macaé |
| 6- Bom Jesus do Itabapoana | 23- Magé |
| 7- Cabo Frio | 24- Mangaratiba |
| 8- Cachoeiras de Macacu | 25- Maricá |
| 9- Cambuci | 26- Valença |
| 10- Campos | 27- Mendes |
| 11- Cantagalo | 28- Miguel Pereira |
| 12- Carmo | 29- Miracema |
| 13- Casimiro de Abreu | 30- Natividade |
| 14- Conceição de Macabu | 31- Nilópolis |
| 15- Cordeiro | 32- Niterói |
| 16- Duas Barras | 33- Nova Friburgo |
| 17- Duque de Caxias | |



- | |
|---------------------------|
| 34- Nova Iguaçu |
| 35- Parati |
| 36- Parati do Sul |
| 37- Petrópolis |
| 38- Piraí |
| 39- Porciúncula |
| 40- Resende |
| 41- Rio Bonito |
| 42- Rio Claro |
| 43- Rio das Flores |
| 44- Saquarema |
| 45- Sta. Maria Madalena |
| 46- Sto. Antonio de Pádua |

- | |
|----------------------------|
| 47- São Fidélis |
| 48- São Gonçalo |
| 49- São João da Barra |
| 50- São João de Meriti |
| 51- São Pedro de Aldeia |
| 52- São Sebastião do Alto |
| 53- Sapucaia |
| 54- Silva Jardim |
| 55- Sumidouro |
| 56- Teresópolis |
| 57- Trajano de Moraes |
| 58- Três Rios |
| 59- Vassouras |
| 60- Volta Redonda |
| 61- Paracambi |
| 62- Eng.º Paulo de Frontin |
| 63- Laje de Muriaé |

rca.



colas, exercendo influência na educação, existem vários Grêmios e Associações Culturais, Conservatório de Música, Clube de Oratória, Grupos Teatrais, Museu (Silva Arcos), Bibliotecas, Jornais, entre eles o *Monitor Campista*, o 3.^o em antiguidade do Brasil, Igrejas e Solares dos séculos XVIII e XIX.

*

1.1.4.4. — *Eletricidade e Paisagem Urbanística.*

Apesar de Campos ter sido a primeira cidade a receber iluminação elétrica na América do Sul — 1883 — chegamos aos meados do século XX com um grande *deficit* energético. Esta situação é responsável, em parte, pela preferência de 190.000 pessoas por habitações de um ou apenas dois pavimentos — com jardins, quintal com fruteiras — e a quase ausência de arranha-céus. Com a construção de uma Termo-Elétrica a situação se normalizou. Hoje o sistema Celf-Light-Furnas abastece de energia elétrica a cidade, que conta com seis cinemas, entre eles um *Drive-in*, 1 Teatro, Boites, Hipódromo, Clubes Sociais e Centros Esportivos.

*

* *

1.2. — PASSADO.

O passado campista é de luta. Luta contra prepotências e contra o rio.

1.2.1. — *Os Sete Capitães.*

A História de Campos se inicia em 1627, quando os sete capitães — MIGUEL AIRES MALDONADO, MIGUEL DA SILVA RISCADO, ANTÔNIO PINTO PEREIRA, JOÃO DE CASTILHO, GONCALO CORREIA DE SÁ, MANUEL CORREIA e DUARTE CORREIA — obtiveram de Martim de Sá, governador do Rio de Janeiro, sesmarias das abandonadas terras da capitania de São Tomé (de Pero de Goes). As terras foram divididas entre eles que as ocuparam lutando contra os valentes goitacases. Adotaram como atividade básica a criação de gado, que era enviado ao Rio de Janeiro. Com o gado, chegava também ao Rio a fama da fertilidade da planície. Grupos interessados em apoderar-se delas se articularam. Assim, em 1648, apesar da doação de 1627, a terra goitacá foi objeto de nova redistribuição. Agora, através da Escritura de Composição, ao lado dos capitães e de seus herdeiros estavam novos donos, os Beneditinos, os Jesuítas e Salvador Correia de Sá e Benevides, governador

da Capitania do Rio de Janeiro. A este último devemos o levantamento do primeiro engenho e a construção da primeira igreja, no local onde hoje se ergue a Igreja de São Francisco, na rua 13 de Maio.

Em 1652, havia em Campos mais de 70 “vizinhos”, igreja, criação de gado e um engenho. Tudo isso dava aos moradores ânimo de solicitar e conseguir do Ouvidor do Rio de Janeiro a elevação do povoado à vila. A experiência administrativa, iniciada em 1653, fracassou — os novos donos das terras não viram com bons olhos esta conquista e conseguiram a cassação do *status* de vila.

*

1.2.2. — *Os Viscondes de Assecas.*

Com o assassinato de advogado da causa campista — Capitão-mor André Martins da Palma — a esperança do povoado em se tornar vila vai-se desvanecendo. Em 1674, o todo-poderoso Salvador Correia de Sá e Benevides obtém para dois de seus filhos, entre eles o Visconde de Asseca, a doação dessas terras como capitania hereditária, apesar dos protestos dos lesados. O donatário, cumprindo determinações da carta de doação, elevou o “velho” povoado, com 150 “vizinhos”, igreja e casas de barro e sapé, em 29 de maio de 1677, à categoria de vila — Vila de São Salvador da Paraíba do Sul — e instituiu o Senado da Câmara.

Os tempos passaram. Os Assecas e seus prepostos se sucederam na donataria que fundamentava a sua estrutura econômica: 1.º na pecuária para abastecer um centro semi-estagnado, o Rio de Janeiro; 2.º na agro-indústria do açúcar, numa fase em que Portugal já perdera a maior parte do seu mercado europeu, consumidor desse produto.

*

1.2.2.1. — *Lutas contra Prepotências.*

Em 1709, a capitania foi vendida ao prior de Chaves — Duarte Teixeira Chaves — pelo Visconde de Asseca, sem a assinatura da esposa e sem licença do rei. O prior, no ano seguinte, diante do Senado da Câmara na Vila de São Salvador da Paraíba do Sul, assume o governo. Governou a capitania por pouco tempo, mas o suficiente para anarquizá-la, apressando a já notória decadência. Acabou por vendê-la para terceiros, sem contudo ter liquidado o seu débito com o Visconde de Asseca. A venda ilegal foi feita pelo Visconde e o procedimento condenável do prior deram motivo para que, em 29 de junho de 1713, a capitania fôsse sequestrada e incorporada à Corôa.

De 1713 a 1753, quando se dá a compra da capitania pelo Rei, verificou-se o período conturbado da história de Campos, em que cada um dos ex-donos diligenciavam o levantamento do sequestro da capitania e o reconhecimento dos seus “direitos”. Nesta fase, os moradores-foreiros ou proprietários livres — têm que tomar partido entre os dois contendores: os Assecas, com maior influência na Côrte de Lisboa, e o Prior de Chaves, que tinha ao seu lado seu sobrinho, o governador do Rio de Janeiro, Luiz Vahia Monteiro, cognominado “O Onça”, inimigo acérrimo do Visconde. Esta fase é de lutas e prepotências dos fortes sobre os fracos. Prepotências do Visconde, do Prior em seu curto govêrno, do governador Vahia, dos religiosos — beneditinos, jesuítas —, ou prepotências dos fracos — foreiros — contra os mais fracos ainda, os negros e os índios.

*

1.2.3. — Campos — 1753-1900. *O Homem, a Terra, o Rio e o Açúcar.*

A compra da capitania faz com que a terra se subdividisse com maior facilidade. Surgem, ao lado da pecuária, engenhos, engenhocas, alambiques e atividades de subsistência. Com o tempo, os canaviais se expandem de tal modo que a agro-indústria açucareira tende a tornar-se, pouco a pouco, atividade monopolizadora. Aqui na planície, entretanto, a atividade açucareira teve, desde a sua origem, características bem diferentes da agro-indústria do Nordeste, pois a tônica sempre foi uma multiplicidade de propriedades, de proprietários, de engenhocas, trabalhadas pelos seus donos, familiares e, até a exaustão, pelos escravos.

De 1753 a 1832, a Capitania Paraíba do Sul foi incorporada à Capitania do Espírito Santo, reincorporando-se à Província do Rio de Janeiro em 1832. No ano seguinte, foi criada a Comarca de Campos e em 28 de março de 1835 a vila foi elevada à categoria de cidade com o nome de Campos dos Goitacazes.

O aparecimento da máquina em Campos, em meados do século XIX, modifica a paisagem social e econômica da planície. Agora há engenhos a vapor, grandes propriedades e uma orgulhosa aristocracia rural que, com os seus barões e viscondes, recebem quatro visitas do Imperador Pedro II e uma dos príncipes imperiais. Essas visitas, incontestavelmente, testemunham a importância da região no contexto do Império Brasileiro.

Como a evolução técnica não parou, as usinas, o trabalho livre e a República substituem os engenhos, o trabalho escravo e o Impé-

rio. Aliás, é interessante a explicação que Alberto Ribeiro Lamego dá dessas mudanças, no seu livro *O Homem o Brejo*:

A nosso ver, nas regiões açucareiras não foi a Abolição nem o descontentamento do Exército que derrubaram o Império. Foi a máquina. Pelo menos, em regiões de intensa economia agrícola industrializada, como Campos, o declínio da nobreza advéncia do senhor de engenho periclitante com o advento das usinas, debilitou o poder imperial. As 17 usinas e os 6 grandes engenhos de 1885, mastigando em suas moendas quase toda a cana meia dúzia de anos antes distribuída por cerca de 350 fábricas, desprestigiaram para sempre o cobiçado e honroso título de senhor de engenho, aluindo a base econômica de todo o seu prestígio moral.

Foi a República, fenômeno essencialmente de revolta e de inveja cidadina contra a autoridade e a jurisdição rurais, nas quais se firmava todo o poder econômico do Império (3).

A pesar de ter sofrido um grande impacto com a liberação de seus 35.000 escravos, Campos consegue adaptar-se às novas condições e estruturar um parque açucareiro fundamentado na pequena propriedade, no trabalho livre, no arado, nas estradas de ferro e nas usinas. Estrutura excelente até bem pouco tempo e que já agora, com a acelerada evolução da técnica, está a exigir novas reformulações.

*

* *

2. — CAMPOS — FONTES PRIMÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL.

2.1. — *Apresentação.*

A Câmara Municipal de Campos, juntamente com a Biblioteca e alguns órgãos arrecadadores da Prefeitura, está localizada na Praça São Salvador, no velho Solar do Visconde de Araruama, que, comprado no século passado, sofreu várias adaptações e reformas.

O atual presidente e secretário da Câmara, respectivamente Mon-senhor Antônio Ribeiro do Rosário e Sr. George Dias Farah, têm demonstrado grande empenho em resguardar os livros manuscritos da Câmara. Inclusive nos asseguraram que já se encontram encomendadas estantes de aço para guardá-los. No momento, estes códices se

(3). — *Ibidem*, pág. 117.

encontram, em quatro estantes de madeira, num corredor, entre a sala dos funcionários e as das sessões da Câmara. Segundo tudo indica, foram encadernados, possivelmente, no início do século XIX. Alguns manuscritos dos códices estão em posição invertida e fora de ordem cronológica. Outros, apesar de datarem dos sécu'os XVII e XVIII, encontram-se em livros com os termos de abertura e encerramento datados de 1816, com fôlhas duplamente rubricadas, sendo que uma delas por funcionários do século XIX. É certo que já no final do século XIX os livros deviam ter um dos atuais registros — nome e datas na lombada — pois Júlio Feydit, no seu livro *Subsídios para a História de Campos* (4), publicado em 1900, refere-se a ele inúmeras vezes.

A consulta aos códices pode ser feita, diariamente, das 12 às 18 horas, de segunda a sexta-feira, gratuitamente, desde que se solicite licença à Câmara.

*

2.2. Século XVII.

Foram encontrados apenas 2 livros do sécu'o XVII.

2.2.1. Estado de Conservação.

Estes dois livros se encontram rendados pelas traças e cupins. A tinta, desbotada pela infiltração de água. As páginas, quebradiças e amarelecidas pelo tempo, estão rubricadas e numeradas a mão. A legibilidade, difícil. Cada códice possui termos de abertura e encerramento. As excessões são apresentadas quando da enumeração dos livros.

2.2.2. Relação dos Códices.

1 — ESCRITURAS (1659-1963), etiqueta 17,59. Nome e datas praticamente ilegíveis. Foi o livro mais antigo que encontramos na Câmara. Apesar de conter manuscritos do século XVII nas suas 180 páginas duplamente rubricadas, tem os seus termos de abertura e encerramento datados de 1816. Um detalhe que nos chamou a atenção, por ser único, foi o fato de um dos interessados, no lugar da assinatura, usar um carimbo, aliás muito bem feito. Contém entre outros registros o de procurações e de escrituras de aforamentos.

2 — VEREANÇAS (TÉRMO DE) (1689-1713), etiqueta 17,1. Termo de abertura ilegível e sem o de encerramento. 330 págs.

(4). — FEYDIT (Júlio), *Subsídios para a história dos Campos dos Goitacazes*. Campos, J. Alvarenga, 1900.

Este volume contém os termos de vereanças registrando atos da Câmara, entre os quais questões entre os moradores, beneditinos e o Senado da Câmara quanto ao pagamento de fôro; marcação do rocio da vila; abandono em que se encontrava a capitania no final do século XVII e início de XVIII; construção da segunda matriz, da cadeia e da Casa da Câmara; abertura de caminhos e estradas; construção de pontes; aterros; correições; juramentos; cartas do rei, do vice-rei, do governador, do donatário; posse da Capitania pelo novo donatário — o prior de Chaves; sequestro da Capitania.

*

2.3. *Século XVIII.*

Encontram-se, com data deste século, 50 livros de vários assuntos.

2.3.1. *Estado de Conservação.*

O estado de conservação desses códices é idêntico ao que se constatou em relação aos dois do século XVII.

2.3.2. *Relação dos Códices.*

1 — ACTAS (1730-1736), etiqueta 17,2. Termo de abertura datado de 1816, sem o termo de encerramento. 250 páginas.

2 — ACTAS (1746-1756), etiqueta 17,3. Termos de abertura e encerramento datados de 1816. 248 páginas.

3 — ACTAS (1756-1774), etiqueta 17,4. 227 páginas, 3 em branco.

4 — ACTAS (1785-1796), etiqueta 17,5. Com 3 termos de abertura e encerramento. 250 páginas, 6 em branco.

5 — ACTAS (1797-1803), etiqueta 17,6. 200 páginas, 3 em branco.

Estes códices contêm as atas do Senado da Câmara registrando resoluções dos “homens bons”; determinações das autoridades como: sequestros da Capitania à Coroa através da compra; incorporação da Capitania da Paraíba do Sul na área de ação do ouvidor da Capitania do Espírito Santo.

Dois códices de ARREMATACÕES.

6 — Livro com etiqueta 17,41. 95 páginas. Não traz na lombada o nome do códice nem as datas. Trata-se de um livro de Autos de Arrematações de Contrato. As datas (1752-1783) foram levantadas através do 1º e último registros.

7 — ARREMATACÕES (1784-1802), etiqueta 17,42. 200 páginas, de 20 a 82 em branco.

Estes códices contêm arrematações de contrato, entre eles, o do contrato ode aguardente, de balanças-grande e de açougue, do curral, de subsídio, de aferições, de obras.

Dois códices de ARROUBAÇÕES.

8 — ARROUBAÇÕES DE CARNE VERDE (TÊRMO DE) (1774-1785), etiqueta 17,154. 300 páginas.

9 — ARROUBAÇÕES (1796-1801), etiqueta 17,155. 300 páginas, utilizadas 115, em branco da página 82 a 102.

Os termos de aberturas destes códices dizem trata-se de livros de arrobação ou de entrega de carne verde aos açougues e os respectivos valores. Os funcionários, no entanto, quando fizeram os registros, usaram, indistintamente, as palavras arrobação e arrobação.

Um códice de COFRE.

10 — COFRE (TÉRMO DE ENTRADA E SAÍDA DE) (1756-1773), etiqueta 17,159. Sem termo de abertura. 170 páginas. Contém registro de entrada e saída de verbas.

Quatro códices de COIMAS.

11 — COIMAS (1753-1775), etiqueta 17,53. 297 páginas.

12 — COIMAS (1775-1793), etiqueta 17,54. 250 páginas.

13 — COIMAS (1793- o outro registro está destruído), etiqueta 17,65. 200 páginas, utilizada 28. Pelo levantamento dos registros, a última coima foi de 1824.

14 — COIMAS (1793-1824), etiqueta 17,56. 200 páginas, utilizadas 48.

Estes códices contêm multas e sumários de multas.

Quatro códices de CONTAS.

15 — CONTAS DO PROCURADOR DA CÂMARA (1746-1759), etiqueta 17,47. Sem termo de encerramento. 100 páginas, faltam algumas.

16 — CONTAS (TÊRMO DE TOMADAS DE) (1749-1768), etiqueta 17,48. Sem termos de abertura e de encerramento. 115 páginas, faltam folhas no início e no fim.

17 — CONTAS DE RENDIMENTO (AUTOS DE) (1769-1784), etiqueta 17,49. 200 páginas.

18 — CONTAS DE PROCURADOR E TESOUREIRO DE JUIZ PROVIDOR E OFICIAIS DA CÂMARA (TOMADA DE) (1789-1810), etiqueta 17,50. 205 páginas.

Estes códices contêm registros de compras e tomadas de contas.

Um códice de EMPRÉSTIMO.

19 — EMPRÉSTIMO POPULAR (LANÇAMENTO DA RECEITA DO) (1797), etiqueta 17,68. Termo de abertura com

agradecimento. 250 páginas, utilizadas 185. Conservação e legibilidade boas. Este códice registra o lançamento do recebimento do empréstimo de 1797. A média dos empréstimos recebidos foi de 250 mil réis. Alguns atingiram 60 a 800 mil réis. Apenas um senhor de engenho contribuiu com 2 contos de réis. A soma foi feita até a quantia de trinta e um contos de réis, mas o total da contribuição atingiu, mais ou menos, a cinquenta e dois contos.

Um códice sobre a FORÇA ARMADA.

20 — FORÇA ARMADA (REGISTRO NOMINAL DA) (1783), etiqueta 17,125. 204 páginas. Este códice contém a relação dos membros da força armada; nomes, idades e ocupação dos soldados e oficiais das Companhias do Terço de Ordenanças.

Quatro códices sobre FOROS E AFORAMENTO.

21 — FOROS (1748-1758), etiqueta 17,60. Sem termos de abertura e encerramento. 150 páginas.

22 — FOROS (1759-1801), etiqueta 17,61. 238 páginas, 34 em branco.

23 — FOROS (ESCRITURAS DE) (1781-1795), etiqueta 17,62. Sem termos de abertura e encerramento. 400 páginas, utilizadas 200.

24 — AFORAMENTO (REGISTRO DE) (1796-1807), etiqueta 17,63. 393 páginas, utilizadas 54. O nome e a 1ª data da lombada não estão certos. Segundo o termo de abertura, o livro é de Aforamento. O 1º registro data de 1803.

Estes códices contêm escrituras de aforamento, pagamentos de foros, procurações.

Dois códices sobre JURAMENTOS.

25 — JURAMENTOS (TÉRMO DE) (1743-1785), etiqueta 17,162. Sem termos de abertura e de encerramento. 51 páginas, 4 em branco, faltam algumas.

26 — JURAMENTOS (TÉRMO DE) (1765-1801), etiqueta 17,163. 97 páginas, utilizadas 78.

Estes códices contêm termos de juramento, entre eles, os juramentos dos capitães e ordenanças.

Dois códices sobre MARCAS.

27 — MARCAS (REGISTRO DE) (1731-1801), etiqueta 17,118. 93 páginas. Conservação boa, legibilidade regular. Apesar do termo de abertura estar datado de 1739, o 1º registro é de 1731.

28 — MARCAS (REGISTRO DE) (1784-1810), etiqueta 17,119. 201 páginas.

Estes códices registram as diversas marcas com que se identificava a propriedade dos animais.

Um código sobre NEGÓCIOS.

29 — NEGÓCIOS (TÊRMOS DE LICENÇA PARA) (1738-1755), etiqueta 17,168. Termo de abertura ilegível. 214 páginas. Este código contém petições de licenças para negócios e ofícios.

Um código sobre PATENTE DE OFICIAIS E FORO DE FIDALGO.

30 — OFICIAIS (PATENTE DE) e FIDALGO (FORO DE), etiqueta 17,73. 250 páginas, utilizadas 185. Conservação e legibilidade boas. As datas (1796-1833), não legíveis na lombada, foram levantadas do 1º e último registros. Este código registra as patentes de oficiais e auxiliares de ordenanças.

Dois códigos sobre PRISÕES.

31 — PRISÕES (TÊRMOS DE) (1760-1766), etiqueta 17,169. Sem termos de abertura e encerramento. Encadernação boa. 155 páginas.

32 — PRISÕES (TÊRMOS DE) (1788-1796), etiqueta 17,170. 285 páginas.

Estes códices registram a libertação de presos, entre eles, a de escravos.

Dois códigos sobre RECEBIMENTOS.

33 — RECEBIMENTOS (1752-1794), etiqueta 17,75. Sem termos de abertura e encerramento. 150 páginas, utilizadas 130.

34 — RECEBIMENTOS DE IMPOSTOS (REGISTRO DE) (1774-1806), etiqueta 17,76. 400 páginas, utilizadas 300.

Estes códices contêm registros, entre eles, de recebimentos de impostos.

Treze códigos de REGISTRO.

35 — REGISTRO GERAL (1728-1735), etiqueta 17,94. Termos de abertura e encerramento datados de 1816. 250 páginas, utilizadas 88. As demais foram ocupadas espaçadamente.

36 — REGISTRO GERAL (1736-1739), etiqueta 17,95. 114 páginas.

37 — REGISTRO GERAL (1740-1749), etiqueta 17,96. Sem termo de abertura, 234 páginas.

38 — REGISTRO GERAL (1755-1769), etiqueta 17,97. 242 páginas.

39 — REGISTRO GERAL (1768-1779), etiqueta 17,98. 272 páginas.

40 — REGISTRO GERAL (1772-1803), etiqueta 17,99. 300 páginas.

41 — REGISTRO GERAL (1779-1783), sem etiqueta. 302 páginas. Na contra-capa o número 17,100.

42 — REGISTRO GERAL (1783-1791), etiqueta 17,101. 300 páginas.

43 — REGISTRO GERAL (1787-1794), etiqueta 17,103. Sem termo de abertura e com dois de encerramento. 399 páginas. Duas rubricas.

44 — REGISTRO GERAL (1796-1801), etiqueta 17,104. 255 páginas. Conservação boa.

45 — REGISTRO GERAL (1796-1804), etiqueta 17,105. 245 páginas. Conservação regular.

46 — REGISTRO GERAL (1798-1801), etiqueta 17,106. 396 páginas.

Estes códices são de registros, contêm, entre outros, registros de leis, cartas, portarias, ordens, provisões, petições de sesmarias, de datas de aforamento; cartas de exame e aprovação do ofício de carpinteiro, de tecelão; editais; ordens vindas do vice-rei, dos corregedores da Câmara.

47 — REGISTRO GERAL (1785-1809), etiqueta 17,102. Sem termos de abertura e encerramento 241 páginas, faltam algumas. Este códice contém o rol dos livros que estão no cartório pertencente ao juiz privativo da extinta aldeia de índios Guarulhos; registra portarias, ordens e provisões do juiz.

Três códices de ALVARÁ DE SOLTURA

48 — Livro com etiqueta 17,38. Sem termo de encerramento. 110 páginas. Sem nome e datas na lombada. Segundo o termo de abertura trata-se de um livro de Alvará de Soltura. As datas (1759-1765) foram levantadas através do 1º e último registros.

49 — SOLTURA (TÊRMOS DE ALVARÁ DE) 1768-1782), etiqueta 17,39. 125 páginas sem rubricas.

50 — SOLTURA (TÊRMOS DE ALVARÁ DE) (1794-1805), etiqueta 17,40. 300 páginas, 4 em branco.

Estes códices contêm registros de libertação de presos, entre eles escravos.

*

2.4. Século XIX.

Foram encontrados na Câmara Municipal 111 livros de 1801 a 1900.

2.4.1. Estado de Conservação.

Bem conservados, com uma encadernação de regular para boa, algumas ótimas, os códices são de excelente legibilidade. Cada um

possui termos de abertura e encerramento. Páginas rubricadas e numeradas a mão. As exceções são apresentadas quando da enumeração dos livros.

2.4.1. *Relação dos códices.*

26 códices de ATAS.

1 — ACTAS (1803-1815), etiqueta 17,7. Sem termo de abertura. 243 páginas, faltam 8, 3 estão em branco. Legibilidade difícil.

2 — ACTAS (1815-1824), etiqueta 17,8. 245 páginas, 9 em branco.

3 — ACTAS (1829-1830), etiqueta 17,9. 150 páginas.

4 — ACTAS (1830-1833), etiqueta 17,10. 450 páginas. Conservação regular. As folhas estão manchadas e bem amarelecidas pelo tempo.

5 — ACTAS (1833-1835), etiqueta 17,11. 240 páginas, uma em branco.

6 — ACTAS — (1833-1835), etiqueta 17,11. 240 páginas, uma em branco

7 — ACTAS (1838-1841), etiqueta 17,13. 390 páginas.

8 — ACTAS (1841-1843), etiqueta 17,14. 197 páginas.

9 — ACTAS 1842-1845), etiqueta 17,15. 298 páginas.

10 — ACTAS (1845-1846), etiqueta 16,16. 246 páginas.

11 — ATAS (1852-1857), etiqueta 17,18. 434 páginas.

12 — ATAS (1857-1866), etiqueta 17,19. 450 páginas.

13 — Sem indicação na lombada. Este livro, por seu termo de abertura, se denomina de Atas. As datas (1865-1870) foram levantadas através do 1º e último registros. A etiqueta 17,20 está na contra-capá. 200 páginas, 12 em branco.

14 — Livro de etiqueta 17,21. 346 páginas. Sem indicação na lombada, por seu termo se denomina Atas. As datas (1870-1878) foram levantadas através do 1º e último registros.

15 — Livro de etiqueta 17,22. 300 páginas, numeração impressa. Sem indicação do nome e das datas na lombada. Por seu termo de abertura se denomina Atas. As datas (1882-1885) foram levantadas através do 1º e último registros.

16 — Livro de etiqueta 17,22-A. Sem termos de abertura e encerramento. 150 páginas sem numeração e rúbricas. Sem indicação do nome e das datas na lombada. Pelos registros feitos, sabe-se que o livro é de Atas. As datas (1884-1885) foram levantadas através do 1º e último registros.

17 — Livro de etiqueta 17,23. 188 páginas. Encadernação regular, folhas soltas. Numeração impressa. Segundo o termo de

abertura o livro é de Atas. As datas (1885-1887) foram levantadas através do 1º e último registros.

18 — ATAS (1887-1889), etiqueta 17,24. 199 páginas.

19 — ATAS (1889-1891), etiqueta 17,26. 200 páginas.

20 — ATAS (1891-1895), etiqueta 17,27. 300 páginas.

21 — Livro de etiqueta 17,27-A. 300 páginas, ocupadas 94. Sem indicação de nome e das datas na lombada. Por seu termo de abertura se denomina de Atas. As datas (1895-1898) foram levantadas através do 1º e último registros.

22 — ATAS (1897-1898), etiqueta 17,29. 50 páginas. Este código registra as atas da Câmara instalada num prédio da praça das Verduras. Neste período, Campos teve duas Câmaras funcionando ao mesmo tempo.

23 — ATAS (1898-1901), etiqueta 17,31. 304 páginas, uma em branco.

24 — ATAS (1894-1901), etiqueta 17,28. 50 páginas, 11 ocupadas. Sem rubricas. Este livro contém as atas das sessões preparatórias e verificação de poderes dos vereadores e juizes de paz, com a relação dos candidatos e respectivos votos.

25 — Livro de etiqueta 17,30. 50 páginas, ocupadas 26. Numeração impressa. Sem indicação do nome e das datas na lombada do código. Sabe-se pelo termo de abertura que é livro de Atas da Comissão Municipal que tinha a função de completar e número de eleitores do município e fazer uma revisão do alistamento eleitoral. As datas (1897-1898) foram levantadas através do 1º e último registros.

Estes códigos contêm as atas da Câmara e tais como os livros de atas dos séculos XVII e XVIII, também representam preciosíssimas fontes política, administrativa, social, econômica e eleitoral, para a história da região.

26 — ESBOÇOS, etiqueta 17,25. 98 páginas, ocupadas 36. As datas (1888-1893) foram levantadas através do 1º e último registros. Este livro contém o esboço das atas das sessões ordinárias da Câmara.

Quatro códigos sobre AFORAMENTO E FORO.

27 — AFORAMENTO (ESCRITURA DE) (1806-1840), etiqueta 17,64. 243 páginas, encimadas por um escudo da Causa Pública, ocupadas 54. O nome da lombada está trocado, pelo seu termo de abertura se denomina Aforamento.

28 — FOREIRO (1830-1845), etiqueta 17,65. 296 páginas, ocupadas 87.

29 — Livro de etiqueta 17,66. 90 páginas sem rubricas. Sem indicação do nome e das datas na lombada. Sabe-se pelo termo

de abertura que é um livro de Foros. As datas (1836-1850) foram levantadas através do 1º e último registros.

30 — FOREIRO (1836-1858), etiqueta 17,67. 118 páginas, ocupadas 98. Estes códices contêm escrituras de aforamento, listas de foreiros, pagamentos de foros.

Um códice sobre ANIMAIS.

31 — ANIMAIS DE RAÇA, etiqueta 71,93. 200 páginas, utilizadas da 4ª à 18ª. Sem indicação das datas (1892-1918) na lombada, estas foram levantadas através do 1º e último registros. Este códice contém os registros da fecundação e nascimento de animais de raça (cavalos).

Cinco códices de ARREMATAÇÕES E CONTRATOS.

32 — ARREMATAÇÕES (1803-1819), etiqueta 17,43. 100 páginas.

33 — ARREMATAÇÕES E MAIS CONTRATOS (ESCRITURAS DAS) (1803-1823), etiqueta 17,44. 200 páginas, ocupadas 58. Apesar da última data na lombada ser 1823, o último registro é de 1824.

34 — ARREMATAÇÕES — (1819-1854), etiqueta 17,45. 196 páginas. Conservação, encadernação e legibilidade precárias.

35 — Livro de etiqueta 17,46. 152 páginas, 6 em branco. Sem nome na lombada. Sabe-se pelo termo de abertura que o livro é de Arrematações e Contratos. As datas (1855-1881) foram levantadas através do 1º e último registros.

36 — CONTRATOS (1881-1888), etiqueta 17,71. 150 páginas com numeração impressa.

Estes códices contêm registros de contratos e arrematações de contratos, entre eles, contratos para construir as linhas de ferro-carril por tração animal; para limpeza da cidade; calçamento de ruas a paralelepípedos; o da Iluminação Pública por meio de eletricidade pelo sistema Bruschi 9-7-1882. Ao final de cada contrato os interessados assinam sobre selos.

Um códice de ATESTADOS.

37 — ATESTADOS (1898-1904), etiqueta 17,77. 200 páginas, ocupadas 43. Este códice contém atestados comprovando o exercício de trabalho, entre outros, do cargo de Promotor, de Delegado de Polícia, de Juiz de Direito, de Juiz Municipal.

Um códice de BEM VIVER.

38 — BEM VIVER (TÉRMO DE) (1829-1842), etiqueta 17,156. 85 páginas. Encadernação precária. Legibilidade regular. Sem rubricas. Este é um códice de registro policial. Contam-se, entre outros, registros de prisões por bebedeiras, espancamento e desordens.

Um códice de COMPROMISSOS.

39 — Livro de etiqueta 17,157. 150 páginas, ocupadas 56. Numeração impressa. Sem indicação do nome e das datas na lombada. Sabe-se, pelo termo de abertura, que o livro é de Compromissos dos Juizes de Paz e dos Empregados da Câmara. As datas (1899-1913) foram levantadas através do 1º e último registros. Este livro contém compromissos dos juizes de paz e dos empregados da Câmara.

Dois códices de CAIXA.

40 — CAIXA (1880-1883), etiqueta 17,51-A. 250 páginas, ocupadas 136. Sem rubricas, mas numeração impressa.

41 — CAIXA (1893-1895), etiqueta 17,52. Sem numeração e rubricas.

Estes são livros de registro de despesas e receitas, entre os quais se contam: relação dos expedientes da Câmara e Juri; reparos de pontes; custeio de cemitério, curral, matadouro; talho e polícia; eleições; gratificações e alistamentos; asseio da cidade; iluminação; multas; impostos.

Dois códices sobre COFRE.

42 — Livro de etiqueta 17,160. 86 páginas, utilizadas 42. Sem nome e datas na lombada do códice. Sabe-se, pelo termo de abertura, que o livro é de Contrôlo de Cofre. As datas (1808-1809) foram levantadas através do 1º e último registros.

43 — COFRE (TÉRMO DE DEPÓSITO NO) (1813-1826), etiqueta 17,161. 96 páginas, ocupadas 4. Encadernação regular.

Estes códices contêm registros de entrada e saída de verbas, entre elas, as de multas impostas pela justiça do Distrito.

Um códice sobre CONTAS.

44 — CONTAS (AUTO DE) (1811-1829), etiqueta 17,51. 250 páginas, ocupadas 105. Este códice contém autos de tomadas de contas, entre eles, os tomados ao tesoureiro da Câmara.

Um códice de CORREIÇÕES.

45 — CORREÇÕES DOS ALMOTACÉIS (1804-1826), etiqueta 17,57. 195 páginas. Este códice registra termos de audiências, audiências e correições dadas pelo Juiz de Almotacéis.

Um códice sobre CORRESPONDÊNCIA.

46 — CORRESPONDÊNCIA EXPEDIDA PELA CÂMARA, etiqueta 17,80. 400 páginas, ocupadas 340. Numeração impressa. As datas (1883-1891) foram levantadas através do 1º e último registros. Este livro registra a correspondência expedida pela Câmara, como por exemplo: a enviada ao governador do Estado do Rio pelo Dr. Benedito Galvão Batista, investido do poder municipal pelo govêrno provisório em 21-11-1889, a de

mudanças de nomes de ruas e praças da cidade; a dos nomes estrangeiros alistados como eleitores nesse município, 1890, num total de 166: 128 portugueses, 8 franceses, 6 alemães, 12 italianos, 4 austríacos, 4 ingleses, 2 espanhóis e 2 argentinos.

Um código de DECRETOS .

47 — DECRETOS (REGISTRO DE) (1821-1823), etiqueta 17,82. 302 páginas. Este código registra decretos, entre eles, os de setembro de 1822, ordenando mudanças de tope e escudo nacionais; o da aclamação de D. Pedro I.

Dois códigos de DIPLOMAS .

48 — DIPLOMAS (REGISTRO DOS), etiqueta 17,83. 98 páginas, 3 em branco. Sem indicação das datas, que foram levantadas através do 1º e último registros (1844-1886).

49 — DIPLOMAS (REGISTRO GERAL DE) (1887 — o outro registro está destruído), etiqueta 17,84. 198 páginas, utilizadas 8. A última data (1903) foi levantada através do exame dos registros.

Estes códigos registram diplomas apresentados à Câmara, entre outros, o de farmacêuticos.

Dois códigos de EDITAIS.

50 — EDITAIS, etiqueta 17,90. 200 páginas. Sem indicação das datas, que foram levantadas através do 1º e último registros (1891-1900).

51 — Livro de etiqueta 17,91. 150 páginas, ocupadas 73. Sem indicação de nome e das datas na lombada. Este livro, por seu termo de abertura, se denomina de Edital. As datas (1900-1904) foram levantadas através do 1º e último registros.

Estes códigos registram editais, entre eles, alguns sobre impostos; venda de bilhetes da Loteria; vacinação; eleição da Constituinte do Estado do Rio de Janeiro; número e nomes de Distritos e as respectivas seções para os eleitores votarem.

Quatro códigos de JURAMENTOS.

52 — JURAMENTOS (1813), etiqueta 17,164. 150 páginas, ocupadas 3.

53 — JURAMENTOS DA CONSTITUIÇÃO (TÉRMO), etiqueta 17,165. 200 páginas, utilizadas 10. A data (1830) foi levantada através dos registros.

54 — Livro de etiqueta 17,166. 100 páginas. Sabe-se, pelo termo de abertura, que o livro é de Juramentos. As datas (1861-1887) foram levantadas através do 1º e último registros.

65 — JURAMENTOS (TÉRMO DE), etiqueta 17,167. 100 páginas, utilizadas 94. As datas (1887-1898) foram levantadas através do 1º e último registros.

Estes códices registram juramentos, entre eles, os de capitães-mores, os dos empregados da Câmara e daqueles que juraram a Constituição de 1824.

Um códice de INFRAÇÃO.

56 — INFRACÇÃO (AUTOS DE), etiqueta 17,70. 150 páginas, utilizadas 28. As datas (1853-1858) foram levantadas através do 1º e último registros. Este códice registra autos de infração que o Procurador da Comarca envia aos Fiscais das Freguesias. Possui a relação dos multados.

Um códice sobre o JUIZ.

57 — Livro de etiqueta 17,58. 50 páginas. Sem indicação de nome e das datas na lombada. Este livro, por seu termo de abertura, se denomina de Juiz de Paz e Conciliação. As datas (1870-1871) foram levantadas através do 1º e último registros. Este livro registra as audiências do Juiz de Paz e Conciliação da Freguesia.

Cinco códices sobre LEIS.

58 — LEIS (REGISTRO DE) (1806-1820), etiqueta 17,85. 344 páginas.

59 — LEIS E DECRETOS (REGISTRO DE) (1822-1828), etiqueta 17,86. 144 páginas. Encadernação precária.

60 — LEIS 1828 (REGISTRO DE), etiqueta 17,87. 191 páginas, ocupadas 25. Duas rubricas.

61 — LEIS (REGISTRO DE) (1828-1829), etiqueta 17,88. 294 páginas, ocupadas 85.

62 — LEIS (REGISTRO DE) (1828-1842), etiqueta 17,89. 236 páginas, ocupadas 64.

Estes códices registram leis, entre elas, apresentação da nova organização das Câmaras em 1828; decretos de logo após a Independência; tabelas de organização dos corpos de Infantaria, Artilharia, Cavalaria; termos dos Tratados entre Brasil-Inglaterra, entre Brasil-Prússia, entre Brasil-Áustria; Convenção entre Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata (27-8-1828); Fala do Trono.

Quatro livros de MANDADOS.

63 — MANDADOS (1803-1811), etiqueta 17,144. 200 páginas. Conservação regular.

64 — MANDADOS (1811-1818), etiqueta 17,195. 194 páginas; conservação péssima.

66 — MANDADOS (1818-1826), etiqueta 17,116. 196 páginas. Conservação regular.

66 — MANDADOS (1826-1838), etiqueta 17,117. 350 páginas, ocupadas 213.

Estes códices contêm mordens de pagamento dos serviços prestados à Câmara. Alguns com recibos. No fim, a relação dos empregados da Câmara com data de admissão e ordenados anuais.

Um código sobre MARCAS.

67 — MARCAS (REGISTRO DE) (1813-1832), etiqueta 17,120. 200 páginas, ocupadas 32. Conservação ruim. Encadernação precária. Este livro registra as diversas marcas com que se identificava a propriedade dos animais.

Um código de MINUTAS.

68 — MINUTAS (1899-1901), etiqueta 17,121. 150 páginas, ocupadas 104. Este livro registra os ofícios e portarias expedidas pela Câmara.

Um código de MULTADOS.

69 — MULTADOS (1831-1850), etiqueta 17,122. 300 páginas, ocupadas 76. Este livro contém multas, entre elas, as impostas pela mesa eleitoral de 1833 e pela mesa de paróquia de 1836.

Dois livros sobre NATURALIZAÇÃO.

70 — NATURALIZAÇÃO (REGISTRO DE), etiqueta 17,124. 19 páginas, 5 em branco. As datas (1884-1889) foram levantadas através do 1º e último registros.

71 — NATURALIZAÇÃO DE ESTRANGEIROS (1833-1889), etiqueta 17,123. 147 páginas.

Estes códices registram cartas de naturalização e juramentos, entre os naturalizados encontramos holandeses, franceses, portugueses, espanhóis e italianos.

Dois códices sobre NOMEAÇÕES.

72 — NOMEAÇÕES (REGISTRO DE) (1824-1829), etiqueta 17,126. Sem termo de encerramento. 222 páginas, faltam algumas no final.

73 — NOMEAÇÕES (TÍTULOS DE), etiqueta 17,127. Dois termos de encerramento. 98 páginas, ocupadas 23. As datas (1845-1887) foram levantadas através do 1º e último registros.

Estes códices registram nomeações com juramentos, entre eles, juramento do projeto da Constituição feita pelo Conselho de Estado, em 1824.

Um código sobre OBRAS.

74 — OBRAS DO CANAL NOGUEIRA (1ª data destruída-1835), etiqueta 17,72. 50 páginas, ocupadas 11. Encadernação precária. Este livro registra os gastos com obras do Canal Nogueira, canal que ligava a lagoa do Campelo ao rio Paraíba.

Nove códices de OFÍCIOS.

75 — OFFÍCIOS (REGISTRO DE) (1821-1822), etiqueta 17,129. 199 páginas, ocupadas 113.

76 — OFÍCIOS (REGISTRO DE) (1826-1831), etiqueta 17,130. 386 páginas.

77 — OFÍCIOS (REGISTRO DE) (1830-1834), etiqueta 17,132. 294 páginas, 3 em branco.

78 — OFFÍCIOS (REGISTRO DE) (1832-1834), etiqueta 17,133. 139 páginas.

79 — OFFÍCIOS (REGISTRO DE) (1842-1844), etiqueta 17,134. 344 páginas ocupadas espaçadamente.

80 — Livro etiqueta 17,135-A. 150 páginas. Sem indicação de nome e das datas na lombada. Este livro, por seu termo de abertura, se denomina de Registros de Ofícios e Portarias expedidas pela Câmara. As datas (1895-1897) foram levantadas através do 1º e último registros.

81 — OFÍCIOS AOS PARTICULARES (1844-1852), etiqueta 17,137. 100 páginas.

82 — OFÍCIOS AO GOVÊRNO PROVINCIAL (1854-1868), etiqueta 17,138. 240 páginas, sem rubricas. Encadernação precária.

83 — OFÍCIOS (REGISTRO DE) (1882-1883), etiqueta 17,139. 144 páginas, ocupadas 42.

Estes códices são de registro de Ofícios, entre os quais se contam: orçamentos da receita da Câmara Municipal da Cidade; reclamação nominal dos empregados da Câmara; notificação sobre o aparecimento no município de uma epidemia de Cólera Morbus.

Quatro códices de ORDENS.

84 — ORDENS E DECRETOS (REGISTRO DE) (1801-1803), etiqueta 17,81. 250 páginas. Legibilidade difícil.

85 — ORDENS E DOCUMENTOS (REGISTRO DE) (1823-1824), etiqueta 17,146. 200 páginas. Encadernação posterior aos registros, pois muitas folhas estão em posição invertida. Conservação ruim.

86 — ORDENS AOS OFICIAIS (REGISTRO DE) (1844-1862), etiqueta 17,140. 102 páginas.

87 — ORDENS AOS FISCAIS (REGISTRO DE) (1852-1868), etiqueta 17,141. 100 páginas.

Estes códices registram ordens e decretos, entre os quais se contam: alvarás do século XVIII, XIX; felicitações; atas de apresentação geral dos votos obtidos para o cargo de vereador nas diferentes paróquias; relação dos eleitos.

Dois códices sobre PAGAMENTOS.

88 — PAGAMENTOS (REGISTRO DE) (1811-1818), sem etiqueta. Utilizadas 14 páginas. Conservação precária.

89 — PAGAMENTO DO IMPOSTO DE AGUARDENTES (REGISTRO DE) (1812-1815), etiqueta 17,113. 276 páginas, utilizadas 14. Conservação precária.

Estes códices registram recibos de pagamento, entre os quais o do imposto de 10 mil réis a toda casa que vendia aguardente; relação dos que contribuíram para o monumento Público de Sua Majestade Imperial na Cidade e Corte do Rio de Janeiro.

Dois códices de PORTARIAS.

90 — PORTARIAS (REGISTRO DE) (1837-1851), etiqueta 17,148. 304 páginas.

91 — PORTARIAS DO GOVERNO (SERVIÇOS DE) (1851-1873), etiqueta 17,149. 244 páginas.

Estes códices contêm portarias, entre as quais nomeação de vice-cônsul da Argentina para a Cidade de Campos; orçamentos de receita; declaração da maioria de D. Pedro II; instruções do modo que se deve tratar africanos livres a serviço da Câmara.

Um códice de posturas.

92 — POSTURAS (1829-1831), etiqueta 17,74. 250 páginas, utilizadas 61. Este códice relata portarias da Câmara sobre o regimento das posturas policiais, e as reformulações sofridas.

Um códice de PROCURAÇÕES.

93 — PROCURAÇÕES (REGISTRO DE), etiqueta 17,150. 99 páginas, ocupadas 27. As datas (1887-1889) foram levantadas através do 1º e último registros. Este livro contém alvarás de procurações conferidos pela Câmara.

Um códice de PROVISÕES.

94 — PROVISÕES, CARTAS E MAIS ORDENS (1812-1817), etiqueta 17,151. 200 páginas. Este livro contém registros de provisões, cartas e mais ordens, entre elas, requerimentos do procurador, registros de cartas de data, ofícios.

Um códice de RECEBIMENTO.

95 — Livro sem nenhuma indicação na lombada. Pelo termo de abertura, sabe-se que o livro é de Recebimento. A data (1825) foi levantada através do exame dos registros. O número 17,171 está na contra-capa. Conservação e legibilidade péssimas.

Dois códices de RECEITAS.

96 — RECEITAS (LANÇAMENTO DA) (1823-1834), etiqueta 17,70. 300 páginas, ocupadas 216.

97 — RECEITA DA CÂMARA (LANÇAMENTO DA) (1824-a outra data está destruída), etiqueta 17,69. A última da-

ta (1829) foi levantada através do exame dos registros.

Estes códices contêm multas, despesas, têrmos de cargas vivas.

Dois códices de REGISTRO.

98 — REGISTRO (1824-8126), etiqueta 17, 147. 396 páginas.

99 — REGISTRO, etiqueta 17,131. 300 páginas. As datas (1830-1832) foram levantadas através do 1º e último registros.

Estes códices contêm registros de ordens, documentos, entre eles, a relação dos empregados da Câmara com os seus respectivos vencimentos.

Dez códices de REGISTRO GERAL.

100 — REGISTRO GERAL (1801-1802), etiqueta 17,107. 200 páginas. Conservação regular.

101 — REGISTRO GERAL (1803-1805), etiqueta 17,108. 235 páginas.

102 — REGISTRO GERAL (1804-1812), etiqueta 17,109. 295 páginas. Conservação precária.

103 — REGISTRO GERAL (1805-1807), etiqueta 17,110. 310 páginas.

104 — REGISTRO GERAL (1807-1808), etiqueta 17,111. 344 páginas.

105 — REGISTRO GERAL (1808-1813), etiqueta 17,112. 246 páginas.

106 — REGISTRO GERAL (1817-1820), etiqueta 17,143. 160 páginas.

107 — REGISTRO GERAL (1820-1821), etiqueta 17,144. 209 páginas.

108 — REGISTRO GERAL (1821-1823), etiqueta 17,145. 329 páginas.

Estes códices são de registros, entre eles, de cartas; editais; petição de sesmarias; requerimentos; arrematações; contas, súplias; relação dos empregados da Câmara e seus respectivos vencimentos.

109 — REGISTRO GERAL (1813-1829), etiqueta 17,142. 251 páginas. Conservação e encadernação precárias. Este livro servia para o registro das ordens expedidas pela Junta da Real Fazenda da Capitania do Espírito Santo expedida ao Juiz de Fora das Vilas de São Salvador e São João da Barra para fiscalização, administração, arrematação das rendas reais dos distritos da sua jurisdição.

Um códice de REGISTRO DE REPRESENTAÇÕES.

110 — REGISTRO DE REPRESENTAÇÕES (1846-1872),
etiqueta 17,152. 100 páginas, ocupadas 15. ste código contém
registros de representações, entre eles, um sobre fixação dos li-
mites entre a Província do Rio de Janeiro e Minas.

Um código de REGISTRO DE REQUERIMENTOS.

111 — REGISTRO DE REQUERIMENTOS (1896-1899),
etiqueta 17,153. 150 páginas. Este código registra requerimen-
tos, entre eles, pedidos de arbitramento e reclamações.

*

* *

CONCLUSÃO.

O presente levantamento evidenciou a necessidade urgente de
se continuar esse trabalho, intensivo e extensivamente; restaurarem-
se os documentos semi-destruídos pela ação das traças e pela infiltra-
ção das águas; microfilmar os documentos existentes, preservando as-
sim os livros manuscritos da Câmara Municipal de Campos, fonte
inesgotável da história da região.

*

* *

BIBLIOGRAFIA.

1. — COMPANHIA DOS REGISTROS INDUSTRIAIS. *Relatório*. Guanabara, Menezes, 1971.
2. — FEYDIT (Julio), *Subsídios para a história dos Campos dos Goitacazes*. Campos, J. Alvarenga, 1900. 498 páginas.
3. — LAMEGO (Alberto), *A Terra Goitacá*. Bruxelas, D'Art Gaudio, 1913. Obra composta de oito volumes, publicada parceladamente. O volume inicial data de 1913; o último em 1947.
4. — LAMEGO (Alberto Ribeiro), *O Homem e o Brejo*. Rio de Janeiro, I.B.G.E., 1945.
5. — Manuscritos da Câmara Municipal de Campos, de 1659 a 1900.

*

* *

INTERVENÇÕES.

Da Prof.^a Lucinda Coutinho de Mello Coelho (IFCS/UFRJ. Rio de Janeiro. Guanabara).

Inicialmente, cumprimentou a Autora pela brilhante contribui-
ção ao estudo da mão-de-obra na região fluminense.

Declara que teve grande prazer em conhecer a existência de precisas indicações sobre a entrada de escravos constantes dos arquivos de Campos.

Gostaria de contribuir para servir à história de Campos, de cuja síntese consta o preâmbulo da comunicação, com a informação de que nos arquivos da cidade do Rio de Janeiro podem ser encontrados documentos que interessam aos pesquisadores de Campos. Sabe-se que a capitania de Campos dos Goitacazes (Goitacazes como era no início chamada) esteve sob a jurisdição da capitania do Rio de Janeiro (Repartição do Sul) por largo tempo. Tem documentos extraídos do Arquivo Público Nacional, por exemplo: a carta de Artur de Sá e Menezes em que há referências aos Campos dos Goitacazes.

Finalizando, declara que acredita que essa documentação possa ser aproveitada para o trabalho da Autora.

*

Da Prof.^a *Marilda Corrêa Ciribelli* (IFCS/UFRJ. Rio de Janeiro. Guanabara).

Declara que congratula-se com a colega por saber que Campos entrou na área da pesquisa, iniciando trabalho em busca de sua documentação, tomando contato direto com as fontes primárias do Estado do Rio de Janeiro.

A esse propósito deseja apresentar algumas sugestões à Autora da comunicação:

1). — Desdobrá-la em dois trabalhos distintos. O primeiro, relativo apenas à história de Campos, visando dar subsídios àqueles que se iniciam no seu estudo. O segundo, referente especificamente ao assunto que a Autora se propôs estudar e que era o levantamento das fontes primárias da (Câmara Municipal);

2). — Que as fontes primárias não sejam confundidas com as secundárias e bibliográficas;

3). — Que seja mais acurada a técnica de apresentação de sua síntese, cuidando a Autora de melhorar o trabalho quanto à colocação e a documentação apresentada, da bibliografia etc.

*

Do Prf. *Arno Wehling* (IFCS/UFRJ. Rio de Janeiro. Guanabara).

Diz que complementando a informação da Prof.^a Lucinda Coutinho de Mello Coelho, lembra que existe uma grande documentação sobre o comércio da região no Arquivo do Estado da Guanabara, especialmente os Livros de Embarcações.

*

* *

RESPOSTAS DA PROFESSORA MARIA NILZA GONÇALVES PATRÃO DIAS.

Agradece as informações dos Professores Arno Wehling e Lucinda Coutinho de Mello Coelho que serão aproveitadas oportunamente.

*

À Prof.^a *Marilda Corrêa Ceribelli*.

Declara que todos compreendem que o inventário, puro e simples, dos códices existentes na Câmara Municipal só interessam aos profissionais de História. Assim, ao colocar Campos — presente e passado — de modo mais extenso do que o exigido e ao apresentar a formação geológica, dado totalmente dispensável, desejou:

1). — fornecer ao professor primário e de nível médio da nossa cidade uma visão geral da história de Campos, posto que as fontes histórico-bibliográficas se acham de há muito esgotadas;

2). — principalmente levar os leitores, através do panorama da cidade à análise do inventário dos códices, mostrar-lhes o seu estado precário e a necessidade de conservá-los devidamente.

Apesar de reconhecer que a primeira parte do trabalho sobre a cidade de Campos foi baseada em fontes secundárias, sendo este um levantamento de Fontes Primárias, resolveu assim fazê-lo para interessar alunos, professores, a comunidade e enfim, o próprio governo, na criação de um Arquivo, única forma de conservar todo o acervo histórico.

É importante realçar que este é apenas o início de um levantamento que começou pela Câmara Municipal e que se estenderá à Prefeitura, Cartórios, Igrejas etc.